

UM OLHAR SOBRE OS CURSOS DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO¹

E-mail:
meriane.vieira@gmail.com
isafreire2011@gmail.com

Maria Meriane Vieira da Rocha², Isa Maria Freire³

RESUMO

Compartilhamos a revisão da literatura de pesquisa que abordou a configuração dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil, com ênfase nas ações de informação que contribuíram, no contexto da forma de vida acadêmica compartilhada por seus atores sociais, para consolidar esses cursos. Foram exploradas as mediações dessa forma de vida acadêmica a partir do modelo de Regime de Informação de González de Gómez (1999), partindo do pressuposto de que a cultura informacional, compartilhada pelos atores no âmbito de certo espaço social, contribui para se entender sua aplicação em certo contexto. O referencial teórico aborda a Arquivologia brasileira no contexto do Regime de Informação e a possibilidade de uma inteligência coletiva na forma de vida relacionada à Arquivologia no Brasil. Os resultados mostraram que a pesquisa contribui para mais abertura de um Regime de Informação nos Cursos de Arquivologia brasileiros, sobretudo no que tange aos perfis institucional e docentes, com discussões voltadas para a harmonização curricular. O estudo mostrou que é preciso desenvolver mais pesquisas na área arquivística, porquanto uma melhor comunicação científica entre os atores sociais contribuirá sobremaneira para que isso ocorra.

Palavras-chave: Arquivologia - Cursos de Bacharelado, Arquivologia - Forma de Vida Acadêmica, Regime de Informação. Inteligência Coletiva, Ciência da Informação.

ABSTRACT

We share a review of the research literature that addressed the configuration of Bachelor's Degree Courses in Archival Science in Brazil, with emphasis on information actions that contributed, in the context of the academic way of life shared by its social actors, to consolidate these courses. The mediations of this form of academic life were explored from the model of Information Regime by González de Gómez (1999), based on the assumption that the informational culture, shared by actors within a certain social space, contributes to understanding its application. in a certain context. The theoretical framework addresses Brazilian Archival Science in the context of the Information Regime and the possibility of a collective intelligence in the way of life related to Archival Science in Brazil. The results showed that the research contributes to more openness of an Information Regime in Brazilian Archival Courses, especially with regard to institutional and teaching profiles, with discussions aimed at curricular harmonization. The study showed that more research is needed in the archival area, as better scientific communication between social actors will greatly contribute to this happening.

Keywords: Archival Science – Bachelor Courses. Archival Science – Way of academic life, Information Regime, Collective Intelligence, Information Science.

¹ Artigo de revisão da literatura da tese de Doutorado de Maria Meriane Vieira da Rocha, disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20883/1/MariaMerianeVieiraDaRocha_Tese.pdf.

² Arquivista. Técnico em Arquivos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6545-6178>

³ Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba, Brasil. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7603-1872>

No mundo contemporâneo, é importante discutir sobre alternativas para analisar a questão da produção e do compartilhamento da informação, pois, desde a globalização da economia e a relevância da informação, estamos inseridos em uma sociedade em que as relações sociais, econômicas e políticas se estabelecem por meio de um Regime de Informação.

As formas de lidar com o crescente fluxo de informação têm sido objeto de interesse para instituições e grupos de pesquisa, o que leva os pesquisadores a discutirem, cada vez mais, sobre as formas de produzir, organizar, recuperar e comunicar o grande volume de informações gerado a cada dia. Assim, é essencial consignar Políticas de Informação⁴, sobretudo, quando se referem ao Governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, como também no contexto das instituições de pesquisa científica e tecnológica, com o intuito de estabelecer regras que facilitem a Gestão da Informação (GI) por esses segmentos para atender ao seu público-alvo.

Quando essas políticas são refletidas à luz do Regime de Informação, demarcam um domínio amplo e exploratório que aprofunda a relação entre os âmbitos da “política”, que pode ser tácita, explícita, direta, indireta, pública, privada, micro e macro e da “informação”, possibilitando articular um plexo de relações indiscerníveis às políticas de comunicação, cultura e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Quanto à GI, potencializa os processos e os fluxos informacionais de maneira a incluir nas rotinas de processamento, armazenamento, classificação, identificação, compartilhamento e uso das informações, em seus diferentes suportes, mais efetividade e eficácia nas organizações e facilita a tomada de decisões. Nesse aspecto, a GI, como um conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento e estabelecer fluxos que garantem a informação necessária no tempo e no formato adequado, a fim de auxiliar a gerar ideias, solucionar problemas e tomar decisões deve estar voltada para políticas de informação que auxiliem as atividades, as ferramentas, as metodologias, os modelos e as adaptações propostas às organizações e aos profissionais da informação que a usam.

Assim como devemos levar em conta que existe sempre alguém buscando informação, o futuro arquivista deve ser formado para administrar a informação apreciando sua demanda, as necessidades e os usos à medida que as organizações tomam consciência do poder da informação tratada e organizada e do valor estratégico para as tomadas de decisões.

Partindo desse pressuposto, González de Gómez (1999a, p. 2) sugeriu uma intercessão entre a política de informação e a GI, que é “[...] uma mediação lógica e imprescindível do uso decisório e estratégico da informação no contexto das políticas governamentais”. A autora propõe um conceito de política de informação que “[...] tratará de resgatar a amplidão e a complexidade do campo, permitindo a consideração das macro e micropolíticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais”, uma vez que a “[...] o escopo e a abrangência dos estudos em torno da política de informação se multiplicam e se fragmentam em todas as abordagens da Ciência da Informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 67). Uma delas é a relação entre essas políticas e o Regime de Informação, que é constituído de ações de informação (informação *em si*), os estratos de infraestruturas e as ações inter-meta-pós-mediática⁵, realizadas por atores sociais (grupos ou indivíduos) por meio de dispositivos e compartilhadas através de artefatos ou objetos relacionais. Esse entendimento corrobora o

⁴ A nosso ver, o objetivo de se ter uma política de informação é de colocar à disposição dos cidadãos o maior número possível de informações, sejam elas culturais, econômicas ou governamentais.

⁵ A ação relacional intermeta-pós-mediática é classificada por González de Gómez (2003a) como uma ação de informação cujos atores são os sujeitos sociais articuladores e reflexivos em que suas atividades sociais são as de monitoramento, controle e coordenação. Tem por finalidade transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 37).

pensamento de pesquisadores como Frohmann (1995), González de Gómez (2012), Freire (2013) e Braman (2004). Esta pesquisa ancora-se na abordagem de Regime de Informação de González de Gómez (2002, p. 34), que o define como

[...] um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Contextualizando o Regime de Informação no âmbito acadêmico, pode-se afirmar que prevalecem a troca crítica de conhecimentos e a produção de trabalhos científicos, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das ações de informação, como uma das características de um Regime de Informação, quando os atores sociais estão envolvidos de forma tal que compreendem a informação como ponto de interseção essencial. “Assim, torna-se necessário que sejam estabelecidas regras [Políticas de Informação] para que [os gestores] administrem seus recursos de forma harmônica, considerando atender seu público” (DELAIA; FREIRE, 2010, p. 108). Corroborando o pensamento dessas autoras, esse conceito pode contribuir “[...] para a análise das relações entre uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica de ações, meios e efeitos de informação” (BEZERRA *et al.*, 2016, p. 66).

Segundo González de Gómez (2003, p. 36), uma área de pesquisa entendida como ‘forma de vida’⁶ “pode estar constituída pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns” no campo da CI e de regras intersubjetivas de um “contrato local”⁷ que serviriam de mediação entre a autonomia semântica do pesquisador individual e o poder simbólico das instituições. Assim, os atores sociais dividem saberes e experiências em longos espaços de tempo, e os espaços da ciência crescem, diferenciam-se e se especializam. Os cientistas compartilham a tarefa da formação científica voltada para a crescente especialização profissional, constituindo uma forma de vida que, entre outros aspectos, valoriza a transmissão do conhecimento.

Destarte, é necessário que se perceba o conjunto de elementos que compõem o fluxo estrutural de produção, organização, comunicação e compartilhamento da informação em determinado espaço. No caso específico desta pesquisa, tal percepção se pautou com a intenção de contribuir para o processo de estruturação/desenvolvimento curricular dos Cursos de Arquivologia no Brasil e para o movimento de harmonização curricular discutido no âmbito da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq).

Segundo Silva, Arreguy e Negreiros (2015), o termo ‘harmonização’ sugere, para além do que uma definição objetiva e fechada, um processo de compreensão e diálogo pela/para a área. Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa são as ações formativas, que, para González de Gómez (2003b, p. 36), “[...] são aquelas constitutivas de uma ‘forma de vida’, a qual singulariza e se diferencia em relação a outros modos de ação e formas de vida”. Desse modo, a proposta de trabalho dessa investigação está baseada na noção de ações formativas de González de Gómez (2003b).

⁶ O conceito de “formas de vida”, para Geertz (1998), poderia aplicar-se a todos os que partilham experiências e situações numa atividade social duradoura, como as profissões ou - em nosso caso - os docentes e pesquisadores de áreas do conhecimento: Arquivologia e CI.

⁷ Entende-se, para fins desta tese, o “contrato local” como as políticas de informação do espaço acadêmico refletido nesse contexto. De acordo com González de Gómez (2003 a), é nesses espaços onde acontece o caráter seletivo das ações de informação e se constroem subsistemas diversificados e com visões abrangentes do domínio local que resultam em linguagem comum, possível de representatividade e de entendimentos.

Acredita-se que as ações formativas sugeridas pelo RI de González de Gómez (2012), como parte de uma política de informação voltada para efetivar essas ações, podem ser um fundamento para os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil, no contexto da harmonização curricular proposto por Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 75). Os autores pontuam que “[...] não se trata de fornecer uma percepção para o que seria um currículo ideal”, mas expor a “Arquivologia que fazemos” no Brasil e oferecer as bases para uma discussão aprofundada da “Arquivologia que queremos”.

2. REGIME DE INFORMAÇÃO: perspectivas e abordagens no contexto da Ciência da Informação

Um dos autores precursores dos estudos sobre Regime de Informação é Bernd Frohmann que, durante a 23ª Conferência Anual da Associação Canadense de CI em 1995, introduziu o conceito de ‘Regime de Informação como “[...] um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis - de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos” (FROHMANN, 1995, p. 5).

Frohmann, baseando-se nas ideias de ‘regime de poder’ e ‘regime de verdade’ de Michel Foucault e na “teoria ator-rede” de Latour (1988), menciona alguns exemplos de nós ou elementos componentes de um Regime de Informação, como:

[...] transmissão de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, as infovias emergentes: são todos os nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação (FROHMANN, 1995, p. 2 Tradução nossa).

O termo Regime de Informação vem sendo utilizado por diferentes autores da CI como um dos recursos de análise para abordar as relações entre política, informação e poder, demonstrando regras, normas, artefatos e dispositivos nos mais variados contextos sociais. De forma diferenciada, autores como Frohmann (1995), González de Gómez (2002), Braman (2004), Ekbja e Evans (2009) associam os termos “regime” e “informação” com o intuito de elaborar o conceito de Regime de Informação numa tentativa de compreender como os processos de informação se delineiam, ordenam-se e se estabilizam no âmbito de espaços sociais de informação ou espaços de significação (públicos ou privados; locais ou globais; técnicos ou sociais), numa sociedade guiada pelas TIC inseridas em uma forte economia de mercado (BEZERRA; SILVA, 2015).

Braman (1993, p. 234) define o Regime de Informação como “[...] uma ferramenta organizacional que foca na convergência de expectativas, considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesses particulares”. Para González de Gómez (2012, p. 43), Regime de Informação é o

[...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigente em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

Assim, o Regime de Informação é o espaço de relações e de trocas de informações e a maneira como as informações são produzidas, organizadas, armazenadas, disseminadas e usadas, delineando um horizonte informacional composto de diferentes atores que se relacionam presencialmente ou em rede e promovem mediações de informação e comunicação. Destarte, com a globalização e o desenvolvimento das TIC, na atualidade, essas mediações ocorrem em tempo real, com mais velocidade no âmbito dos regimes de informação, de forma intencional ou não intencional.

As necessidades de informação mudam o tempo todo e são regidas pela precisão de busca e uso de cada indivíduo. Elas são otimizadas por canais e recursos de informação e pelo intercâmbio de informações entre os atores sociais. No contexto da CI, autores como Frohmann, Braman, Gonzáles de Gómez, Freire, entre outros, vêm estabelecendo o conceito de Regime de Informação há, pelo menos, duas décadas, no que tange a esse espaço também denominado de Sociedade da Informação. González de Gómez (2008, p. 5) trabalha com um conceito de 'Regime de Informação' que designa

[...] uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos e distribuição - entre diferentes atores sociais, atividades e regiões - da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso de informação.

Nessa abordagem, os dispositivos de informação constituídos pelos Cursos de Arquivologia e a CI formam um conjunto variado de discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, filosóficos, morais e filantrópicos, produções científicas, normas e procedimentos profissionais, entre outros. Nessa Perspectiva, o Regime de Informação também é definido como um

[...] conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam esses usuários específicos ou públicos amplos. [O regime] está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas; interorganizacionais e intersociais. [Sendo constituído, assim,] pela figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência, etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 1999, p. 24).

De acordo com Bezerra *et al.* (2016, p. 61), no âmbito da CI, o Regime de Informação “[...] se configura como uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços”.

Freire (2010, p. 172) assevera que “a política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica”. A básica refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, enquanto a específica aborda os aspectos característicos de determinado setor de atividade, como, por exemplo, como afirma Branco (2001 *apud* FREIRE, 2010, p. 171-172):

[...] uma política para gestão da informação que contemple a produção de conteúdo de identidade cultural e o acesso livre a fontes de informação relevantes na Internet. Nesse caso, a política de informação estará voltada para

objetivos e metas específicos, que lhe darão contornos próprios e inerentes ao respectivo espaço ou regime de informação [Ri].

No campo da política de informação, o Estado e as Instituições seriam agentes privilegiados de sua elaboração e implantação, e a ciência e a tecnologia, como domínio de seu exercício.

Apesar de muitos e importantes esforços nas discussões durante as Reparaq, percebe-se que a formulação das políticas de informação não consegue o sucesso alcançado nos países em desenvolvimento, razão por que são necessários mais estudos e discussões a respeito de políticas de informação e do desenvolvimento de competências na geração de tecnologias digitais de comunicação e informação, bem como transformações nos modos de expressão e acesso cultural, nos processos de trabalho, nas práticas e nos modelos de gestão da administração pública e na esfera da empresa e dos negócios. De acordo com Doyle (1994, p. 3), os atores precisam ter atributos para adquirir competências em informação e agentes para efetivar uma boa gestão no processo de construção e compartilhamento da informação, tais como:

- 1) Reconhecer que uma informação precisa e correta é a base para uma tomada de decisão;
- 2) Reconhecer a necessidade de informação;
- 3) Formular questões baseadas em necessidades de informação;
- 4) Identificar fontes potenciais de informação;
- 5) Desenvolver estratégias de pesquisa bem sucedidas;
- 6) Saber acessar diversas fontes de informação, incluindo o computador e outras tecnologias;
- 7) Avaliar a informação;
- 8) Organizar a informação para aplicação prática;
- 9) Integrar informações novas a conhecimentos já adquiridos;
- 10) Utilizar a informação de uma forma crítica para a resolução de problemas.

Seguindo o mesmo raciocínio, González de Gómez (1999, p. 69 *apud* FREIRE, 2010, p. 166) afirma que “a gestão da informação envolve planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos”. A partir disso,

[...] a gestão da informação deve incluir, em dimensões estratégicas e operacionais, os mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação e, a partir disto, ela mesma ser disponibilizada como insumo útil e estratégico para indivíduos, grupos e organizações (PONJUÁN DANTE, 1998 *apud* MARCHIORI, 2002, p. 74).

De acordo com o autor, destaca-se como estratégia para os atores uma forma de vida de um Regime de Informação, no caso desta pesquisa, os docentes. Para isso, é necessário um conjunto de habilidades relacionadas às atividades de criação, disseminação, busca e recuperação da informação, que podem ser classificadas em quatro categorias:

- ✓ **Habilidade de buscar a informação:** conhecer as fontes de informação, que podem ser físicas (bibliotecas, centros de documentação, arquivos...) ou virtuais (bibliotecas digitais e virtuais, sites, listas de discussões...);
- ✓ **Habilidade de filtrar a informação:** saber separar as informações relevantes e pertinentes de suas necessidades nesse mundo de excesso de informações;

- ✓ **Habilidade de organizar a informação:** saber processar a informação para recuperá-la quando for necessário;
- ✓ **Habilidade de utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação da informação:** saber navegar no ciberespaço, assim como utilizar as ferramentas interativas e de busca próprias desse canal de comunicação representado pela Internet.

Essas habilidades são de suma importância para que um profissional tenha sucesso na sociedade contemporânea. No Brasil, muitos docentes e pesquisadores ainda não dominam todas essas habilidades informacionais, principalmente as mídias digitais. Mas, pela própria natureza de suas atividades, esses profissionais estão mais próximos de desenvolver um alto nível de competência em informação. No caso dos professores, o processo de aquisição de competência em informação ainda está em constante desenvolvimento pessoal e entre seus pares, trazendo grande contribuição e ganho para a sociedade em rede.

Um dos maiores desafios da educação superior são as habilidades individuais e coletivas no uso da informação por parte dos estudantes (CAVALCANTE, 2007). Seguindo essa linha de raciocínio, na Proclamação de Alexandria (2006), no eixo Competência Informacional para o Aprendizado e a Educação, recomendam-se as seguintes ações que podem contribuir para o desenvolvimento de rotina de investigação e verificação, tanto nas práticas formais quanto nas informais de educação, em todos os níveis e idades, nas atividades comunitárias e no ambiente de trabalho:

- ✓ Preparar educadores e desenvolver profissionais especializados no tema a fim de potencializar o aprendizado;
- ✓ Tomar decisões, na esfera educacional, com base nas evidências construídas a partir da relação da Competência em Informação, metas educacionais e resultados específicos esperados;
- ✓ Promover práticas pedagógicas ativas e voltadas para o aprendizado participativo;
- ✓ Proporcionar ambientes educacionais estimulantes e adotar a Competência em Informação como requisito necessário à educação, com avaliação e atribuição de créditos.

Percebemos que as atividades propostas envolvem técnicas para se lidar com as ferramentas de informação em relação ao acesso, à busca, ao processamento e à recuperação da informação que levem à produção de novos conhecimentos. Dessa forma, é possível pensar que a noção de Competência em Informação representa a habilidade de trabalhar com a informação de forma mais eficiente, otimizando sistematicamente todas as etapas envolvidas no processo, com o objetivo de facilitar a assimilação da informação e transformá-la em conhecimento. Martendal, Silva e Vitorino (2017, p. 22) ressaltam que

[...] a competência em informação, como disciplina inserida na Ciência da Informação, relaciona-se com o saber lidar com as fontes de informação e seu público, num processo em que a afinidade com o acervo dote o usuário de autonomia para buscar as informações de que necessita, fazendo-o ter proximidade ao arquivo, à biblioteca, ou outra unidade de informação [...] Inerente à Arquivologia, nota-se a presença dessas quatro dimensões que auxiliam o arquivista e também o usuário a apresentar uma visão holística das instituições e de sua documentação. O código de ética do arquivista, as ações de difusão propostas pelo arquivo e para os usuários, as políticas públicas que envolvem a manutenção das instituições e a conservação dos acervos, bem como a técnica empregada pelos profissionais no momento de exercer

atividades como a descrição documental, são exemplos do caráter integrador que as dimensões assumem na Arquivologia.

Regime de Informação, as ações de informação, constituem um conjunto de estratos heterogêneos e articulados que se manifestam por meio de três modalidades, a saber: 1) de **mediação**: quando a ação está atrelada aos fins e à orientação de outra ação; seu domínio de constituição é a *práxis*⁸; 2) a **formativa**: orientada para a informação não como meio, mas como sua finalização, que transforma e influencia as formas de vida, tendo como domínio a *poiesis*⁹; 3) a **relacional**: quando uma ação de informação tem a finalidade de intervir em outra ação de informação, para obter relações, agindo no domínio da *legein*¹⁰ (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004). Segundo a autora, as ações de informação acompanham a própria constituição do Regime de Informação enquanto conjunto de estratos heterogêneos e articulados, a saber:

- a) de **informação** (semântico-pragmática), estrato polimórfico que se define nos inúmeros setores da produção social sob a forma de ações narrativas;
- b) de **meta-informação**, estrato regulatório definido nos espaços institucionais do Estado, do campo científico, da educação formal, da legislação e dos contratos;
- c) de **infra-estruturas de informação**, estrato mimeomórfico dos objetos de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos” mediante “ações tecnoeconômicas, normas técnicas modelos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 34).

Nesse contexto, a estrutura em redes mediada pela tecnologia é fundamental para o atendimento às necessidades informacionais e a perspectiva de um olhar global sobre os recursos de um Regime de Informação, seja ele local ou geral. No caso desta pesquisa, os cursos brasileiros de Bacharelado em Arquivologia resultam em ações de informação articuladas entre os estratos, como citado acima.

Segundo Brandão (1999, p. 144), além das instâncias virtuais, as organizações necessitam de novas formas de organização, quais sejam:

- a) **Organização adocrática** – é uma organização formada para um limitado período de tempo e flutua segundo a necessidade do momento.
- b) **Organização orgânica** – é uma organização autônoma e sistêmica, flexível e inovadora, que tem alta dependência de intercâmbios de informação e de conhecimento entre seus membros, orienta-se profissionalmente, é altamente descentralizada, tem baixos níveis de formalização e de hierarquia; a unidade da organização tanto pode ser de indivíduos quanto de equipes, e o poder é exercido por especialistas.
- c) **Organização em rede** – caracteriza-se, principalmente, por ter uma forte cultura de compartilhamento e de cooperação que contribui para a constituição de redes sociais e sociotécnicas e “tem as tecnologias de informação e comunicação como suporte” (BRANDÃO, 1999, p. 16).

⁸ “Práxis, em seu sentido amplo, é a atividade humana em sociedade e na natureza”. Disponível em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis>

⁹ “[*Poiesis*] A ação ou a capacidade de produzir ou fazer alguma coisa, especialmente de forma criativa”. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/poiesis/>.

¹⁰ *Legein* é um verbo grego com uma amplitude e vigência do sentido do ser que desafia, historicamente, qualquer redução sua a significados semânticos. O verbo [...] abre horizontes de sentido que dizem a própria dinâmica histórica do acontecer da realidade”. Manuel Antônio de Castro. Disponível em: <http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Legein>.

d) **Organização virtual** – o termo é usado para se referir à habilidade específica de combinar competências essenciais por intermédio de diferentes organizações em condições de responder prontamente às oportunidades do mercado.

Nesta pesquisa, os itens **c** e **d** são mais pertinentes, porque o tema ‘Regime de Informação’ está inserido nos períodos disponíveis em rede, porquanto as Instituições que oferecem Cursos de Arquivologia e o quantitativo de docentes crescem consideravelmente, e a comunicação se estabelece cada vez mais de forma virtual. Nesse sentido, Rocha, Costa e Silva (2018, p. 262) ressaltam que,

[...] se for levado em conta uma instituição de grande porte, em especial as Universidades, Faculdades, Escolas, entre outras, fica impossível pensar em gerir as informações de forma rápida e com eficácia sem a utilização das tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, deve-se lembrar que as TIC sozinhas não conseguem fazer uma boa gestão da informação, existem *softwares* para facilitar e agilizar serviços. Todavia, pensar que eles sozinhos são a solução de tudo, é cometer um erro grave. É necessário ter pessoas capacitadas para saber usar essas tecnologias e também para estar sempre se atualizando frente aos avanços da tecnologia globalizada.

Assim, a grade curricular da maioria dos Cursos de Arquivologia do Brasil vem passando por um processo de reestruturação em uma tentativa de promover uma harmonização curricular, como demonstrado nas discussões durante as Reaprq. Goodson (1995) assegura que um currículo é uma construção social, primeiramente em nível da própria prescrição, mas, também em nível de processo e prática. Silva, Arreguy e Negreiros (2015, p. 76) referem que “o currículo operacionalizado na prática da sala de aula não poderia ser captado pela metodologia utilizada, porém acredita-se que o currículo escrito ou formal é o que sustenta as práticas diferenciadas nas salas de aula da Arquivologia do Brasil”.

Goodson (1995, p. 21) define o currículo escrito como “um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização”. E é na tentativa de se criarem instrumentos de composição de metodologia de análise, avaliação e reestruturação curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia que os pesquisadores Silva, Arreguy e Negreiros vêm trabalhando desde 2012, apresentando nas Reuniões Brasileiras de Ensino e Pesquisa (Reparq) os resultados para embasar as discussões acerca da interferência das configurações acadêmico-institucionais.

[...] mais abrangente de se considerar, além das disciplinas inerentes a um curso de tal área, as necessidades e possibilidades institucionais para a implementação de um currículo de Arquivologia e a capacidade e especificidades do perfil docente para executá-lo (SILVA; ARREGUY; NEGREIROS, 2015, p. 120).

De modo que, é importante que as Instituições, especialmente as de ensino, implementem estratégias que favoreçam o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades, para que as políticas de informação sejam efetivadas. As instituições de ensino, em especial, as de nível superior, são espaços de trabalho coletivo, sobretudo os trabalhos intelectuais, quando os atores sociais, no cenário do Regime de Informação de uma forma de vida, constroem relações de (inter)ação e compartilham conhecimentos, percepções, experiências e vivências, “[...] de acordo em seus conceitos porque eles partilham uma realidade

de ações passíveis e estão de acordo em suas ações porque eles partilham uma rede comum de conceitos” (COLLINS; KUSCH, 1999, p. 11).

Para Freire e Freire (2014, p. 277), “[...] no modelo de abordagem do Regime de Informação de González de Gómez, os estratos, os domínios e as modalidades das ações de informação são intercambiáveis em todo o processo de constituição do Regime de Informação pelos sujeitos sociais em um dado contexto”. Assim, entende-se que as ações de informação, nas instituições educacionais, são desenvolvidas por sujeitos identificados como docentes-pesquisadores e pesquisadores em formação, no escopo dos dispositivos representados pelos diversos projetos de pesquisa em desenvolvimento. No contexto dessa forma de vida acadêmica,

[...] a educação arquivística deve estar prioritariamente voltada para a qualificação de um tipo de profissional que vai lidar, a todo o momento, com a informação enquanto fenômeno complexo, cuja busca sempre renovada identifica a condição humana, marcada por duas grandes incertezas, capazes de abalarem (como já se deu historicamente) os paradigmas científicos clássicos e modernos – a incerteza cognitiva e a incerteza histórica (MORIN, 2002a, p. 59).

Nessa perspectiva, Delaia e Freire (2010) apresentam as relações entre os elementos do Regime de Informação assim representados:

Figura 1- Relações entre elementos do Regime de Informação



Fonte: DELAIA, FREIRE, 2008.

As relações entre a CI se estabelecem, sobretudo, na produção científica e se apresentam como conceitos transversais que devem ser explorados sob o ponto de vista teórico e epistemológico. Assim, é preciso verificar espaços de integração e dissociação entre ambos.

A proximidade dos Cursos de Arquivologia nos espaços descritos como áreas da CI pode ser vista sob o prisma das razões políticas, mas sem razão em termos acadêmicos, pois essa configuração institucional denota que a Arquivologia é uma subárea da CI, quando, na verdade, ela deveria estabelecer uma relação interdisciplinar não só com a CI, mas também com outros campos do conhecimento. Nesse contexto, também está inserido o Regime de Informação (JARDIM, 2011). Garcia, Targino e Dantas (2012, p. 3) referem que a CI

[...] guarda inter-relação com organizações empresariais, sociedade, governos, instituições e mercados, relação essa pautada em atitudes éticas que pretendem estabelecer princípios ou comportamentos na seleção de formas alternativas

de ação para apoiar indivíduos ou segmentos sociais determinados. Não estamos nos referindo necessariamente às ações inscritas em códigos formais de ética, mas, sim, a parâmetros referentes à conduta humana e a valores morais intrínsecos que culminam com o estabelecimento de atividades que aderem a critérios socialmente éticos ou socialmente responsáveis.

Percebe-se, então, que as relações entre os Cursos de Bacharelado em Arquivologia não são neutras, assim como a relação entre a Arquivologia, a CI e o Regime de Informação, o que demonstra que a demarcação do campo específico, como um espaço próprio para o desenvolvimento de pesquisas na área, envolve atores sociais, ações de informação, dispositivos de informação e artefatos de informação. Para isso, é necessária uma política de informação.

2.1 Política de Informação e Regime de Informação

Segundo González de Gómez (2002, p. 27), “uma política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia”. A autora afirma que essa vinculação da informação com a política seria estabelecida por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas também como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico.

Sob o ponto de vista de González de Gómez (1999a, p. 67), uma política de informação compreende “o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro políticas”. Identificar e caracterizar um Regime de Informação possibilita efetivar, de modo estável, redes de gerenciamento de informações, por meio de canais comunicacionais que possibilitam o acesso dos usuários. É imprescindível saber como ocorre o processo de gestão da informação em determinado setor, para que se possa considerar a implantação de políticas de informação.

As colocações expostas mostram a importância da informação e do conhecimento para definir qualquer política pública, haja vista que, na contemporaneidade, apesar das observações de que enfrentamos um manancial de não informação (WURMAN, 1991), estamos diante de um binômio essencial a qualquer indivíduo e profissional em que “a informação e o conhecimento são insumos do fazer organizacional e fundamentais para o processo decisório” (VALENTIM, 2008, p. 20).

Foi a partir do Regime de Informação e, portanto, de Bernd Frohmann, que González de Gómez (1999, p. 63) propôs quatro conceitos de políticas de informação. O primeiro é de que essa modalidade de política é um “[...] conjunto de ações e decisões orientadas para preservar e reproduzir ou mudar e substituir um Regime de Informação, [e] podem ser tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. No segundo conceito, as políticas de informação são definidas como um domínio coletivo de ação, em que há conflitos entre distintas formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio, às prioridades e às metas das ações de informação.

A terceira concepção considera essas políticas como orientações a respeito dos fins, dos valores e dos objetivos das políticas de informação, designando as figuras decisórias e normativas do que é desejável e prioritário para um sujeito coletivo acerca da geração, da circulação, do tratamento e do uso da informação. Por fim, na quarta definição, as políticas atuam como uma ação dirigida para consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos. Em cada contexto histórico e/ou em cada espaço de ação coletiva, há “[...] um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que forma

parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71).

Destarte, Llarena (2012) assevera que a sociedade atual, nomeada por diversas terminologias (sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade aprendente...), é reflexo da ideia de globalização, como destino inexorável da humanidade e de suas formas de organização e de relações. Permeia a produção teórica das ciências ditas pós-modernas, transformando-se quase em um fértil “campo de esporte intelectual”, que dilui a complexidade dos nexos global-local-global.

Revedo a ontologia do termo (globalização), em princípio, é possível pensar que o mundo se transformaria em grande massa singular unida por aliança universal. No entanto, diferentes formas e graus de participação social no processo de globalização trazem uma diferença crucial para sua forma. No caso de políticas públicas no domínio global, o mesmo acontece: o nível de participação social determina a diferença no planejamento, na implantação e na implementação e, sobretudo, em sua execução.

2.1.1 Política de Informação nos espaços do saber

As políticas de informação, na perspectiva da gestão de recursos informacionais, são determinantes no acesso (ou não) a serviços e às aplicações das tecnologias digitais de informação e de comunicação, o que contribui para o processo de GI. Por isso, Freire (2008) considera a democratização do acesso a esses recursos como um elemento fundamental nas políticas públicas de inclusão social, independentemente de sua natureza. No caso específico dos Cursos de Graduação em Arquivologia brasileiros, como política pública de inclusão social, mantém, dentre suas diretrizes internas, políticas que podem ser consideradas como informacionais, em especial, se for mantido um olhar diferenciado em relação a elas e relacioná-las ao conceito de RI.

Isso pressupõe que a informação e suas políticas são essenciais para valorizar a criação e compartilhamento do conhecimento organizacional embutidos nas práticas cotidianas, nos processos e nas normas da organização. É o conhecimento adquirido através da busca pela informação e do processo de aprendizagem mútua como um bem intangível (BUKOWITZ; WILLIAMS, 2002). Assim, é possível afirmar que as políticas de informação aferem à GI que, por sua vez, afere à Arquivologia a função de se utilizar de métodos, instrumentos, ferramentas e técnicas que ajudem as pessoas a explicitarem seu conhecimento no ambiente informacional. Sobre isso, Aun (2001) afirma que as políticas de informação demandam um:

- ✓ Programa – linha de ação com a participação continuada do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem a exigência de consultas públicas.
- ✓ Plano – programa (informacional) ativo, em curto prazo, orientado para construir culturas organizacionais, públicas e/ou privadas, operacionalizadas por metas de procedimentos objetivos, cuja inserção se dá em projetos de curto prazo.

Nesse sentido, a informação torna-se o fator-chave das políticas de informação que, segundo Jardim e Marcondes (2003), devem manter elementos básicos como: alcance e conceito de informação que a identificam; reconhecimento da informação como recurso nacional de valor estratégico sob a ótica econômica, científica e política; demarcação de responsabilidades quanto às políticas setoriais tanto nos aparelhos (ideológicos) do Estado quanto, por adesão, na sociedade. Devem, ainda, contemplar aspectos administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos, de produção, de uso e de preservação das informações de

natureza pública ou privada de interesse da população. Com essa amplitude, Barreto (2004) acrescenta que essas políticas precisam da convergência de mídias, de tecnologias e de serviços.

Quanto à Arquivologia brasileira, também necessita de uma política de informação bem fundamentada para que, “em um contexto nacional, um arquivista deve ter conhecimento, por exemplo, das fontes arquivísticas, da estrutura das instituições arquivísticas e sua história, da legislação que regulamenta a área e do uso dos arquivos” (RASTAS, 1992, p. 5). Assim,

[...] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem, o poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem a capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo (ARAÚJO, 1994, p. 84).

Isso reitera o fato de que as políticas públicas de informação se assentam em “[...] interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental” (BRANCO, 2006, p. 87), mas englobam práticas e ações informais de determinado contexto, no qual se mesclam pessoas e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por organismos formais. Reiterando Barreto (2004, p. 12), uma política de informação

[...] mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações [...] É um ritual de passagem de uma intenção formal de um discurso de Governo para implementação com uma ação coordenada, que induza e convença a terceiros a realizarem o que o Governo julga ser uma necessidade na área.

Para Branco (2006), uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens. A primeira - a **básica** – envolve os aspectos gerais da produção da informação, como os que estão atrelados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. A segunda – a **específica** - refere-se aos traços de certo setor de atividade, como, por exemplo, uma política para GI que contemple a produção de conteúdo de identidade cultural e o acesso livre às fontes de informação relevantes na internet e reitere o livre acesso e o compartilhamento dessas informações em ambientes propícios para esse compartilhamento, construindo o capital intelectual da instituição. É o momento em que a política de informação prioriza metas e objetivos específicos que imprimirão seu perfil peculiar e inerente ao respectivo espaço ou ao Regime de Informação (FREIRE, 2008).

É nesse ponto que a GI se prontifica a contribuir com a esfera pública, quando se propõe a se estabelecer como ferramenta das decisões ou cria e sugere estruturas para gerenciar o comportamento informacional dos atores envolvidos na política, na direção dos resultados esperados. Assim, minimiza problemas de informação incompleta ou imperfeita, os de tempo para a tomada de decisão e auto interesse dos decisores, entre outras coisas (FERNANDES, 2007). Além do mais, a GI, nesse sentido, amplia o âmbito de ação da esfera pública e a gestão dos recursos informacionais, principalmente no tange aos recursos tecnológicos tão próprios das organizações contemporâneas.

Inferimos, ainda, que uma sociedade baseada no uso intensivo de conhecimentos produz, simultaneamente, fenômenos de mais igualdade e desigualdade, mais homogêneos e mais diferentes (AUN, 2001). Aprender a aprender, aprender a agir, aprender a pensar e aprender a fazer são atitudes que decretam relações horizontais, de identidade e de interconexões, o que justifica a posição de Albagli (1999), quando argumenta que o desafio das políticas de informação, no mundo globalizado, é a atenção para os aspectos territorializados,

para a cultura local, o respeito às diversidades e, sobretudo, a integração de uma inteligência coletiva nos espaços de informação.

2.1.2 *Inteligência coletiva para o compartilhamento de informações*

O precursor do termo inteligência coletiva é o filósofo Pierre Lévy, que a define como uma inteligência repartida globalmente, em tempo real, em busca de uma democratização das informações. Isso quer dizer que as habilidades de cada indivíduo são utilizadas para o bem do coletivo e compartilhadas por meio das tecnologias.

Nesse contexto, a CI se preocupa com “[...] o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até sua utilização, e a sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, através de uma variedade de canais” (BARRETO, 2002, p. 23). Esse processo não é diferente na Arquivologia, pois, da mesma forma, os processos de aprendizagem e os serviços de colaboração implicam o envolvimento e o comprometimento de se fortalecer uma inteligência coletiva, que, segundo Lévy (2003, p. 28), é “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. O autor defende a hipótese de que é possível produzir dispositivos que materializem efetivamente a inteligência coletiva.

[...] essas novas formas de organização cooperativa, hoje explorada em diversos dispositivos locais ou internacionais do ciberespaço, têm como principal característica *valorizar e compartilhar* a inteligência distribuída em toda parte nas comunidades conectadas e colocá-la em sinergia em tempo real (LÉVY, 2000, p. 188, tradução nossa).

Bembem e Costa (2013, p. 142) enunciam que “a inteligência coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados”. Isso significa que o projeto da inteligência coletiva configura-se como um contínuo processo de crescimento e retomada mútua das individualidades.

Nesse cenário de interação, convivem instituições e docentes com histórias, objetivos e características muito diferentes que mantêm distintas relações com o mundo contemporâneo e a inteligência coletiva. Isso se deve também à democratização do saber, que está sendo pressionada pelas TIC e pela globalização, reconfigurando os valores e as formas de produção e disseminação da informação, a ampliação do número de pessoas a serem formadas e os modos de gerir e de financiar as universidades.

Na vertente ligada à Arquivologia e à CI, encontram-se autores que se esforçam para articular aspectos microsociais e macrosociais voltados para a inteligência coletiva, presentes, por exemplo, nas relações interdisciplinares estabelecidas entre essas ciências e os conhecimentos gerados por elas e que podem ser efetivos e compartilhados na sociedade contemporânea (SILVA, 2012), nas relações entre as fronteiras estabelecidas por essas disciplinas que demarcam as diferentes profissões (PINHEIRO, 2013), nas relações entre as correntes de pensamento das Ciências Sociais Aplicadas, a Arquivologia e a CI, gerando saberes científicos específicos das áreas (TANUS, 2016), porém complementares, e nas relações entre a ética da informação e a inteligência coletiva como objeto de estudo nas duas áreas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2017).

Lévy (2001, p. 85. Grifo do autor) argumenta que a primeira comunidade que se organizou como inteligência coletiva, independentemente das barreiras, foi a científica. O autor ressalta que,

[...] no espaço intelectual aberto pela comunidade científica, todas as ideias estão em competição cooperativa para atrair o máximo de atenção. A

capacidade de interessar sem recorrer a argumentos de autoridade, à força ou a meios desleais são essenciais ao funcionamento do meio científico *porque a finalidade própria desse meio é funcionar como inteligência coletiva.*

É nesse espaço de atividades cooperativas que docentes e pesquisadores, no caso desta pesquisa, docentes, pesquisadores e profissionais da área de Arquivologia devem proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações na sociedade da informação, questionando sobre os modos de pensar, sentir, agir, produzir e disseminar a informação na sociedade em rede, considerando que as relações entre as instituições, os docentes e os pesquisadores precisam se constituir como espaços de formação e aprendizados contínuos, que necessitam de realização de projetos conjuntos. Segundo Lévy (1999), nessa relação com o campo científico, como coletivo intelectual, os pesquisadores utilizam dispositivos para se organizar em um espaço de signos dinâmico, constantemente traduzido e ressignificado pelos desejos coletivos com a consciência de que se pode construir conhecimentos coletivamente.

Os avanços científicos alcançados nas últimas décadas em direção à produção, à compreensão e à transformação mundial acabaram por fragmentar o conhecimento, a comunicação e o diálogo entre os cientistas. Isso foi herdado do grande volume de informação gerada a cada dia, a cada instante. Por isso, acredita-se que o todo seja sempre maior do que a soma das partes ou das qualidades humanas individuais. Segundo Lévy (1999, p. 32),

[...] longe de fundir as inteligências individuais em uma espécie de magma indistinto, a inteligência é um processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades. A imagem imóvel que emerge de suas competências, de seus projetos e das relações que seus membros mantêm no Espaço do saber constitui para um coletivo um novo modo de identificação, aberto, vivo e positivo.

Os que partilham conhecimento e informação consideram que essa condição da vida contemporânea é, em grande parte, constituída pela ação da universidade, dos docentes e dos pesquisadores capazes de ajudar a sociedade a (con)viver com o inteligente coletivo com o próprio caráter institucional e suas perspectivas orientadoras na produção do conhecimento, como também na formação de profissionais, através de eventos, debates, discussões, entre outros.

Ressalte-se, entretanto, que é necessário abertura, flexibilidade e reflexão, mas, contudo, isso só pode existir no plano institucional se estiverem presentes os atores que constituem esses espaços informacionais, com características institucionais, bem como pessoais, porque a flexibilidade e a capacidade de refletir são qualidades essenciais para a Academia. Lévy (1999, p. 31) afirma que,

[...] interagindo com diversas comunidades, os indivíduos que animam o espaço do saber, longe de serem os membros intercambiáveis das castas imutáveis, são, ao mesmo, similares, múltiplos, nômades e em vias de metamorfose (ou de aprendizado) permanente.

Se os espaços do saber (universidades) continuarem a produzir e a disseminar informações que possam também oferecer elementos para nossa própria compreensão, possibilitando ampliar nossas ações sociais, melhorar as condições de vida acadêmica e as relações das pessoas entre si, o mundo e entre os pares, as relações se fortalecem, consequentemente a ciência também. Segundo Marcondes e Sayão (2002, p. 43),

[...] nessa ciência tão institucionalizada, não existe praticamente lugar para o gênio isolado, capaz de dar conta de uma descoberta científica do início ao

fim. A ciência atual é fundamentalmente um trabalho coletivo, em que pesquisadores e grupos de pesquisa trabalham sobre resultados já obtidos por seus pares, e tem como objetivo acrescentar um tijolo a mais em um vasto edifício.

Assim entendidos, os espaços do saber se constituem para assegurar a livre manifestação do pensamento, responder às necessidades da coletividade e melhorar a interação entre os sujeitos coletivos e administrar de maneira participativa e propiciar a divisão de saberes. Lévy (1999, p. 145) ressalta que, “no Espaço do saber, os intelectuais coletivos reconstituem um plano de imanência da significação no qual os seres, os signos e as coisas voltam a encontrar uma relação dinâmica de participação recíproca”. Esses espaços assumem-se, portanto, como lugares na sociedade da informação com autonomia e comprometidos com estudos, pesquisas e prática dos conhecimentos existentes para os sujeitos coletivos. De acordo com González de Gómez (1999, p. 22),

[...] sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras [que] podem ser considerados como 'formas de vida'. Nelas se organizam vivências e interpretações intersubjetivas. Nelas, para nós, se definiriam quais os 'testemunhos' de informação que serão aceitos nos processos de comunicação, inferência ou argumentação.

Ao analisar os Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil com os respectivos docentes, sob o ponto de vista de um Regime de Informação, espaço do saber, é possível compreendê-lo não só pelo seu aspecto físico ou virtual (*sites* dos cursos, currículo Lattes dos docentes), mas também pela constituição, pela unidade de uma cultura informacional através de sua identidade ou forma de vida, em que geralmente coexistem sentidos, significados e significações.

Assim, os docentes dos Cursos de Arquivologia devem ser reconhecidos não somente por causa do lugar de onde “falam”, mas também pela linguagem que utilizam, geralmente condicionada por sua ‘forma de vida’. É através dessa linguagem ou forma de vida, bem como pelo uso que fazem do sistema conceitual de uma área de conhecimento, que são reconhecidos por seus pares.

6 CONSIDERAÇÕES

Neste estudo, buscou-se contribuir com a harmonização curricular dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia do Brasil, nas últimas duas décadas, ou seja, a partir dos anos 2000. Por meio de uma pesquisa descritiva, teve-se como objetivo avaliar dois eixos propostos pelas edições das Reuniões Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq): o perfil docente e o perfil institucional - NDE. Esses perfis dos docentes foram encontrados nos respectivos Regimes de Informação dos Cursos de Arquivologia e as competências informacionais demandadas por esses profissionais, de modo que possam melhorar o desempenho de suas atividades acadêmicas.

Nesse contexto, foi levantada a hipótese de que a análise das ações de informação em determinado “espaço de informação” (as instituições de ensino superior que abrigam os Cursos de Arquivologia brasileiros) não só configuraria o Regime de Informação desse ambiente como também, contribuiria para favorecer o processo de constituição de uma inteligência coletiva entre os atores sociais participantes da rede acadêmica e institucional que o comporta.

Apesar do aumento do número de Cursos de Bacharelado em Arquivologia, há uma carência de pesquisa na área e as que existem estão ligados a programas da CI, uma vez que a única pós-graduação específica que existe no Brasil é um Mestrado profissionalizante na

UNIRIO. Certamente com a criação de novos programas de pós-graduação específicos na área, o tema será mais pesquisado.

A pesquisa contribui para dar mais abertura a um Regime de Informação nos Cursos de Arquivologia brasileiros, sobretudo no que tange ao perfil institucional e ao perfil docente, com discussões voltadas para a harmonização curricular. Ficou evidenciado, no presente trabalho, que são necessárias mais pesquisas na área arquivística. E uma boa comunicação científica entre os atores contribuirá sobremaneira para que isso ocorra. Ademais, como visto nas Reparq, os docentes têm interesse em contribuir efetivamente com pesquisas.

Pode-se afirmar que esta pesquisa colabora com dois eixos, dos cinco propostos pela Reparq, para impulsionar a harmonização curricular dos Cursos de Arquivologia brasileiros, e fornece dados para que os atores sociais dos cursos tenham subsídios para incorporar em sua *práxis* profissional ações e procedimentos relacionados à estruturação dos cursos, à formação dos docentes e ao desenvolvimento de pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. *In*: CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena Maria Martins. (eds.). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília, IBICT, 1999, p.181-199.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

AUN, Marta Pinheiro. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 22 fev. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2001.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Políticas nacionais de informações: discurso ou ação**. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v. 4, n. 2, abr. 2004.

BEMBEM, Ângela Halen Claro; COSTA, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.139-151, out./dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1639/1213>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BEZERRA, Emy Pôrto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivânio Duarte de. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, mai/ago. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/download/57935/37087>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da. Regime de informação: conceitos e aplicações no âmbito de laboratórios de pesquisa científica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa, 2015. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2861/979>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Política Nacional de Informação em Saúde no Brasil: um olhar alternativo**. 2006. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRANDÃO, Hugo Pena. **Gestão baseada em competências: um estudo sobre competências informacionais na indústria bancária**. 1999. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

BUKOWITZ, Wendi R; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa**. São Paulo: Bookman, 2002. Tradução de: *The knowledge management fieldbook*.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/07.pdf> Acesso em: 15 maio 2016.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. *In: DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR, José Paulo M. (org.). Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

FREIRE, Isa Maria; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Uma abordagem das ações de mediação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43 n. 2, p. 272-283, maio/ago., 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1409/1587> Acesso em: 15 mar. 2017.

FREIRE, Isa Maria. **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Idea, 2010.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.3, p. 195-2007, set./dez. 2008.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE*, 23., Alberta, 7-10 Jun. 1995. **Alberta**: Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 15 maio. 2016.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, v. 17, n 1, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/12309-51582-2-PB.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2018.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre ética da informação: panorama contemporâneo. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; CIANCONI, Regina de Barros (org.). **Ética da informação: perspectivas e desafios**. Niterói: PPGCI/UFF, 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2. p. 7-31, 1999c. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003b. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/123>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004. Acesso em: 13 ago. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 1 n. 6, dez. 2000. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_8a9349eb1d_0007430.pdf. Acesso em: 10 nov. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide.; CHICANEL, Marize. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. **Anais [...]** São Paulo, 2008.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. *In*: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 53-75.

COLLINS, Harry; KUSCH, Martin. **The shape of actions: what humans and machines can do**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

LÉVY, Pierre. **A conexão planetária**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

LLARENA, Rosilene Agapito da Silva. **Redes sociais no contexto das políticas públicas do ProJovem Urbano no estado da Paraíba**. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MARCHIORI, Patricia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652002000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 set. 2016.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/947/984>. Acesso em: 14 de abr. 2018.

MARCONDES, Carlos Henrique; JARDIM, José Maria. Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na administração federal do Brasil. **DataGramaZero**, v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3900>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da; VITORINO, Elizete Vieira. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os Cursos de Graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, set./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/69952-304492-15-PB.pdf>, Acesso em: 12 fev. 2018.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *In*: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

RASTAS, Pirkko. **Manuals and textbooks of Archives Administration and Records Management**: aRAMPSstud. Unesco: Paris, 1992.

ROCHA, Maria Meriane Vieira; COSTA, João Henrique Lucena da; SILVA, Alzira Karla de Araújo. A produção de conhecimento sobre regime de informação nos periódicos em Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 255-275, set./dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/39225-105883-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVA, Welder Antônio. Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: evidências indicativas e representativas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de

Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/53> Acesso em: 13 abr. 2016.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. HARMONIZAÇÃO CURRICULAR: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de arquivologia no Brasil. *In*: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia (org.). **Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil: IV Reparq. IV Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – Campus I, 2015. p. 119-251. e-Book. Disponível em:<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/96/24/435-1?inline=1>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: rumo a uma harmonização curricular possível. *In*: VENÂNCIO, Renato Pinto; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adolson (org.). **Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos**. V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. p. 29-43. e-Book. Disponível em <http://vrepapq.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, jan./jun. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/42337-Texto%20do%20artigo-50535-1-10-20120906.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais/Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2016.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão**. Santos: Cultura Associados, 1991.